

**SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES:
NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO
NO OESTE DO PARANÁ
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Carlos Meneses de Sousa Santos¹

Resumo: O artigo aborda posicionamentos de trabalhadores que se movimentam pelo território brasileiro, destacando aspectos da dinâmica de tensão e desigualdades vividas por eles. Explora os sentidos que atribuem a essas movimentações; as ponderações promovidas ao deixarem não apenas uma determinada localidade, mas as relações que buscaram interromper. A territorialidade sugerida discute trabalhadores que vieram ao Oeste do Paraná entre meados do séc. XX e início do séc. XXI, perscrutando suas expectativas, interesses e valores frente às mudanças almejadas. Um modo de acessar as visões que formularam sobre as relações de poder, o que permite apontar alternativas distintas de trabalho, possibilidades de moradia e formas de sociabilidade – elementos expressos em sua condição de classe. Isto é feito por meio da utilização de entrevistas orais (tanto em documentação produzida por mim como por uma narrativa produzida por outro historiador), explorando sentidos de formulação, elaboração e uso; discutindo implicações de tal conduta.

Palavras-chave: Trabalhadores; movimentação social; narrativas orais.

**ABOUT WORKERS' SOCIAL MOBILITY: ORAL NARRATIVES AND
MEANINGS OF THE TERRITORIALIZATION IN WESTERN PARANÁ
SECOND HALF OF THE 20TH CENTURY AND EARLY 21ST CENTURY**

Abstract: The article approaches the positioning of workers who move through the Brazilian territory and highlights aspects of the dynamics of the tension and inequality in which they live. It explores the meanings assigned to these movements by those workers, as well as the considerations they took about leaving any given place and the relationships they have sought to interrupt. The territoriality that is pointed out here relates to workers who came to Western Paraná between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, focusing on their expectations, interests and values towards aimed changes. It also consists in a way to access the views they have about power relations, allowing us to emphasize different work alternatives, housing possibilities and ways of sociability – elements that are expressed by their class situation. The discussion I offer is based upon the use of oral interviews (on documents produced both by me and by another historian),

* Artigo produzido a partir de pesquisa realizada em Estágio Pós-Doutoral no PPGH/UNIOESTE entre 2015 e 2016. O trabalho contou com financiamento de bolsa PNPd/CAPES.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: menesesufu@yahoo.com.br

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

exploring meanings of formulation, elaboration and use of those sources and debating possible implications of such a conduct.

Keywords: Workers; social mobility; oral narratives.

O problema em discussão

Entre os tantos caminhos delineados em ações tidas como banais na vida dos trabalhadores, emergem percursos e condutas quase sempre indeterminados e controversos (considerando-se aí, tanto as passagens abertas em seus próprios passos, quanto os desvios compelidos nas barreiras defrontadas ao se buscar suas muitas expectativas). Nessa pauta, de enredo amplo e generalizante, surgem as muitas imagens da contrariedade com o vivido – boa parte delas chegando a flertar com um estado de ânimo marcado pela impotência. Porém, em um mesmo plano, vislumbrado a partir desta mesma pauta, também salta aos olhos as variadas iniciativas que ambicionam mudanças, quase sempre animadas por alguma esperança em dias melhores.

Na constituição desse terreno, assinalado por ambiguidades, firma-se uma dinâmica de condutas que torna evidente a energia das movimentações suscitadas, seja pela exposição do sentimento de dureza da vida, seja pela afirmação de alternativas frente ao estabelecido. Uma avaliação que, conforme os propósitos deste texto, reconhece e valoriza o vigor social manifestado nessas contradições – onde não se ignora nem as efetivas lástimas de fracasso e/ou limitação, nem as aspirações empreendidas por trabalhadores ao lidarem com uma condição de classe que os situam socialmente (seja no que se refere ao trajeto caminhado ou ao ponto de chegada alcançado).

Uma inferência que me instiga a perguntar, o que anima a energia manifestada por esses sujeitos? Que contornos assumem as sendas e os sentidos dessas mobilizações? Em quais relações se forjam as interpelações sociais encetadas a partir da dinâmica ordinária da vida dos trabalhadores? Afinal, é possível falar que a atividade diária e prosaica da vida desses sujeitos interpõe objeções à ordem estabelecida?

Da minha parte, acredito que seja possível. E faço desse texto um espaço de argumentação sobre certos pontos dessa problemática. Aponto, fundamentalmente a partir de duas entrevistas orais, para a historicidade da movimentação de trabalhadores na

sociedade brasileira – onde as narrativas que emergem de suas trajetórias expõem a experiência social de tensões e confrontações de valores em que se veem inseridos. Ao produzir memórias e tratá-las como parte do que são e compartilham, recolocam sentimentos e práticas que trazem à tona enquanto decisões e pressões.

Para tal, tomo como alusão sujeitos que em algum momento de suas vidas vieram ao Oeste do Paraná, onde destaco a temporalidade que perpassa a segunda metade do século XX e o início do século XXI. Tenho como pauta a materialidade de comportamentos e ponderações definidas nos olhares projetados sobre determinadas experiências, ora firmadas em deslocamentos pelo território nacional, ora nas atividades desenvolvidas nesses territórios. Sendo que, uma vez mais, insistirei no vigor de suas protagonizações².

Ao fazer isso, ressalto a expressividade de posturas e avaliações nem sempre notadas nas potencialidades de sua energia, haja vista que costumam ser reconhecidas (com maior ênfase) a partir dos contornos de sua limitação³.

Enquanto desdobramento, trato de matizações sobre o que sugiro como sobrevalorização das explicações generalizantes e estruturalistas que ainda informam parte significativa da historiografia brasileira – inclusive daquelas tantas perspectivas que se firmaram de forma crítica aos contornos mais clássicos da produção dominante até a década de 1980. Entendo que ainda impera um tom subjacente em grande parte das mais recentes produções historiográficas, impingindo certos esquemas analíticos à dinâmica de ações engendradas por trabalhadores ao se movimentarem nas relações de poder incrustadas na sociedade brasileira.

² Nesse ponto, preciso reconhecer que minhas questões se inspiram na leitura que fiz sobre outros trabalhos, alguns realizados por esforços empreendidos décadas atrás, outros contemporâneos às minhas próprias iniciativas. Tendo em vista o sentido que atribuo ao conjunto dessas influências, destaco alguns autores que, cada qual a seu modo (nem todos preocupados com a mesma temática e/ou temporalidade), enfatizaram a necessidade de valorizarmos a potencialidade social da ação de trabalhadores, mesmo daqueles que nem sempre foram tidos como relevantes ou expressivos diante dos olhares acadêmicos mais clássicos (fossem eles tomados como tais devido às suas categorizações profissionais, ou, ainda, devido a atitudes pouco valorizadas por esses mesmos olhares, apesar de suas ocupações no “mundo do trabalho”). Ver, entre outros, Chalhoub (1990), Chauí (1989), Freitas (2016), Hoggart (1973), Paoli (1986) e Thompson (1987; 1998).

³ Nessa faixa, gostaria de sugerir posições que ao longo das últimas décadas, e ainda hoje, insistem ora na atenuação ora na aberta contestação das preocupações suscitadas com esta problemática. Aqui, estou ciente de que em um universo mais amplo de debate, este trabalho, mas também muitas outras obras que o influenciaram, foram e/ou são alvo de determinadas críticas: algumas polemizadas em uma franca e profícua discussão, outras simplesmente recusadas (de ambas as partes). Sobre os argumentos mais persistentes, ver Costa (1994; 1990), Hobsbawn (2000) e Petersen (1992; 2016).

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

Desse modo, prevaleceu o interesse em sondar os ajuizamentos fixados por esses sujeitos, entendendo que esses momentos são instantes contínuos na ordinariedade de suas vidas, marcados que são pela tensão das relações classistas em que se veem envolvidos. Aqui, mais do que elencar certos traços estruturantes, definidores de cenários contextuais previamente aceitos, chamarei a atenção para as modulações sociais presentes em visões que podem ser suscitadas em narrativas de trabalhadores.

O desenvolvimento da problemática

Ao apresentar essa questão, tenho em mente a relação que estabeleci com sujeitos como Marivaldo, com quem conversei nos momentos iniciais de concepção deste trabalho. Naquele instante, em meados de 2015, ao falarmos de sua trajetória pessoal, tratamos da vida que levava em Palotina, cidade com aproximadamente 30 mil habitantes, localizada no Oeste paranaense. Ali, o trabalhador de 51 anos, nascido em Santa Cruz Salinas, Minas Gerais, vivia com a esposa e se sustentava prestando serviços como saqueiro em uma cooperativa localizada em Nova Santa Rosa, cidade distante aproximadamente 30 km do lugar onde morava⁴.

Quando me dispus a procurar Marivaldo, saindo da cidade de Marechal Cândido Rondon, também no Oeste paranaense, distante aproximadamente 45 km, estava atrás das referências de um trabalhador que já havia percorrido várias cidades e diferentes estados. Buscava uma narrativa que explorasse determinado repertório e percurso, apontando um universo variado de territórios e relações de trabalho. Entendia que esses aspectos haviam sido acionados por ele, mas também por muitos outros trabalhadores, como um recurso viabilizador das melhores condições de vida que tenham julgado possível usufruir; ou, ainda, que lhes tivessem possibilitado sustentar os valores tidos como fundamentais.

De fato encontrei essa possibilidade de diálogo em Marivaldo, onde, em uma conversa de mais de quatro horas, tivemos a oportunidade de discorrermos sobre a pauta que me levou até ele, mas também sobre outros assuntos, propostos pelo narrador. Diria que em alguns daqueles momentos, quando de suas intervenções como entrevistado,

⁴ Cheguei a Marivaldo por indicação de um acadêmico do curso de história, estudante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Registra-se, portanto, meu agradecimento a Antônio Carlos Momesso, que colaborou com o processo de pesquisa que resultou nesse artigo.

chegou a assumir a posição de entrevistador, sondando os interesses que me levaram à sua procura, que, por muitos motivos, apresentava-se como uma visita inesperada⁵.

Toda essa conversação resultou em um texto que, após sua transcrição, alcançou quase 80 páginas; o qual, agora, será arbitrariamente apresentado em alguns fragmentos, entendidos, por mim, como expressivos das questões que me instigaram a procurá-lo. Contudo, peço que não tomem minha arbitrariedade como sinônimo de algo aleatório e/ou desconexo. Minha seleção é concebida em um procedimento que guarda sua própria lógica, onde, para além das peculiaridades desse material, seu manuseio se associa ao trato de qualquer outra documentação manejada enquanto fonte por um historiador. Portanto, expressiva do efeito de evidenciação pretendido neste trabalho.

Refiro-me à evidência da ponderação, do encaminhamento da análise sustentada por trabalhadores ao procederem com suas vidas. Algo que Marivaldo não abriu mão de expor, pois toda vez que buscava explicar as motivações das mudanças por ele engendradas se amparava no recorrente uso da seguinte expressão, “tem que dá um passo meio certo, né? Não pode... tem que analisá com calma... Trabaia nós trabaia em qualquer lugar, mas a gente tem que pensá no que é melho pra gente, né?”⁶.

O trabalhador formulou essa equação como dispositivo estruturador de sua narrativa. A partir dela enunciou não apenas a sua condição, mas sim, indicou a condição de classe que o acompanhou em suas diferentes paradas – haja vista a necessidade premente de sujeição aos empregos, tidos por ele como algo inevitável. Todavia, tal consideração (depreendida de situações bastante concretas, advindas de pressões fortemente notadas) não encerrava nenhuma espécie de determinismo onipotente. Antes, suscitavam e demandavam análises que guardassem congruência com suas próprias expectativas.

Tanta perscrutação parece compreensível, pois, em uma relação caracterizada pela restrita margem de ação, tornava-se atinente considerar elementos de sua vida que extrapolassem a invariável pressão sobrevinda do universo de trabalho. Apontava-me para

⁵ Por diversas ocasiões, Alessandro Portelli (1996; 1997a; 1997b) chamou a atenção para o valor e as dificuldades expressas no diálogo que surge do encontro entre pesquisadores e os sujeitos por eles contatados. Interessado no registro dessas entrevistas orais, alertou para o fato de que não apenas os pesquisadores se portam como analistas, já que também os entrevistados se confrontam com seus interlocutores, avaliando seus propósitos, posições e encaminhamentos. Nesse terreno, nem sempre muito firme, as identificações e os distanciamentos emergem do próprio encontro, exigindo certa disposição em reconhecê-los e tratá-los nos termos de sua constituição.

⁶ MARIVALDO. Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A gravação foi realizada em 11 de abril de 2015, na cidade de Palotina-PR.

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

o fato de que o horizonte de visão de trabalhadores não se restringia à materialidade de uma única dimensão, por mais significativa que fosse. Onde, sem ignorar o peso da atmosfera classista, cobrava de si um estado de atenção permanente. Aqui, neste texto, tal conduta está sendo notada como um dos aspectos que compõe a própria pauta ordinária da constante tensão social⁷.

As imagens sobre a constância dessa tensão, penetradas nas experiências de sujeitos como Marivaldo, tornaram-se o ponto central da investigação tratada nesse artigo. Agora, espero que tais imagens assumam a função de metáfora iluminadora das questões aludidas em sua narrativa.

Uma narrativa que poderia ser associada às dezenas de entrevistas produzidas por Laverdi (2005), quando de seu estudo sobre as “trajetórias itinerantes de trabalhadores do extremo-oeste do Paraná”. Naquela investigação, fruto de seu trabalho de doutorado (desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, no início dos anos 2000), o então professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná se confrontava com o que denominou como “memória oficial da germanidade”, ação suscitada de sua relação e convívio como morador da cidade de Marechal Cândido Rondon.

Tendo em vista o conjunto das documentações reunidas em sua pesquisa, argumentou que era possível evidenciar “trajetórias e experiências que se mostram muito além [do] que [se] esperava como respostas aos projetos dominantes” (LAVERDI, 2005: 52). Entre outras coisas, inclusive no que diz respeito à diversidade dos lugares de origem e das inserções dos sujeitos que se colocaram a viver nessa área do Estado. Sua intervenção se empenhou em uma ponderação que me parece bastante expressiva. Segundo a centralidade de suas considerações, seria necessário compreender que,

Apesar de os projetos expansionistas de ocupação das novas fronteiras agrícolas terem sido marcados por crueldade, arbitrariedade e insensibilidade, para os depoentes também significaram sonhos e projetos, derrotas e conquistas. E, nesse caso, entende-se a migração como um conjunto de atitudes, que se desenrolam como formas de resistência e

⁷ Nessa posição, prevalece o entendimento sobre o cuidado que devemos ter em não restringir a dimensão da vida de trabalhadores aos marcos de suas atividades de trabalho. As quais, por vezes, surgem como pontos de exclusividade e/ou preponderância no acesso a suas experiências. Sobre o procedimento aqui empreendido, destaco a reflexão formulada pela professora Yara A. Khoury (2009), segundo a qual, a “trama imbricada da experiência social”, em suas “várias dimensões”, instiga a “passar do mundo do trabalho para o mundo dos trabalhadores”. Uma escolha expressa no “interesse pela ampliação da noção de classe com a qual fomos e vimos trabalhando” (KHOURY, 2009: 124).

geram lutas sociais múltiplas. Sob esse ponto de vista, a fronteira revela-se como um lugar construído. E pouco sentido fazem as abordagens que não levem em conta as trajetórias dos sujeitos que de fato ocupam esse espaço, ou que apostem estreitamente nas reatualizações do passado, sobretudo baseadas em sua força mnemônica legitimadas das formas sociais dominantes (LAVERDI, 2005: 52).

O suposto da reflexão do autor, que na realidade se manifesta como um ponto de partida anunciador de procedimentos teóricos e metodológicos (abertamente problematizadores das esquematizações mais estruturantes e/ou deterministas) vincula-se a abordagens que visualizam nas ações dos trabalhadores a potência de suas avaliações e condutas. Essas, por sua vez, não são necessariamente ligadas às marcações historicistas mais usuais. O que não significa ignorar os “projetos expansionistas” direcionados à constituição de novas fronteiras agrícolas. Nem mesmo negar a sistemática (“crueldade, arbitrariedade e insensibilidade”) advinda da materialização de muitos dos aspectos que compõem tais projetos – principalmente no que diz respeito à sua manifestação nos modos de vida dos trabalhadores.

Por sinal, seria a partir daí (da evidenciação dos modos de vida desses sujeitos), e não dos arranjos de acontecimentos e personalidades lavrados pela “memória oficial”, que seriam repercutidos os meandros desse processo de ocupação.⁸ Nesse plano de pesquisa, ganhou relevo seu interesse pelos “sonhos e projetos, derrotas e conquistas” anunciadas por seus interlocutores, estivessem eles em consonância ou não com os enquadramentos mais recorrentes da história contada sobre o “extremo-oeste do Paraná”.

Como notou Mattos, prefaciando a obra de Laverdi,

O que fica de mais marcante da leitura atenta deste livro [...] é que esses trabalhadores [...] não foram simplesmente empurrados de um lado para outro pela modernização agrícola, pelo alagamento da barragem de Itaipu, ou pela crueldade do latifúndio em seus locais de nascimento, embora todos esses constrangimentos estejam presentes em suas trajetórias. Robson nos mostra que, apesar de tudo, seus depoentes foram, em grande medida, protagonistas de suas próprias trajetórias: fazendo escolhas, recusando situações consideradas absurdamente indignas e/ou injustas, buscando melhores oportunidades e se recusando a aceitar o prato frio como inevitável. Em certo sentido, suas itinerâncias foram o resultado de uma atitude rebelde em face da ideia de que “não há alternativas” (MATTOS, 2005: xiii-xiv).

⁸ Os sentidos que informaram e/ou se alimentaram dessas oficinas (não necessariamente articulados em uma sistemática de atuação) podem ser notados, entre outros, nos seguintes trabalhos: Balko (2004), Gregory (2008), Oberg e Jabine (1960) e Saatkamp (1984).

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

Assim, para além das usuais esquematizações suscitadas a partir das noções de migração e fronteira, ganhou corpo a indicação dos caminhos de uma movimentação social marcada a partir de compassos conjecturados por determinados trabalhadores. Os percursos tratados passaram a ser buscados enquanto a própria constituição de escolhas, recusas e buscas – atitudes valoradas como a edificação de alternativas diante do que foi percebido como questionável e/ou condenável no modo como viviam⁹.

O ganho de uma investigação com esses contornos parece-me notável. O que certamente não precisa ser valorizado a partir de nenhuma ideia superestimada e/ou abstrata de originalidade (o que, por si só, soaria ingrato com um conjunto de trabalhos que, há décadas, suscitam investimentos dessa ordem)¹⁰.

⁹ Por certo que a emergência de investigações com esse caráter não foram generalizadas, nem mesmo se tornaram exclusividades. Pelo contrário, continuaram convivendo e disputando espaço com velhas e novas perspectivas, as quais conservaram muitas das marcações temporais e temáticas tidas como mais usuais. Talvez uma dessas versões mais paradigmáticas pode ser observada no trabalho de Schallenger e Schneider (2008), que, logo no resumo do estudo que propuseram sobre “migração, inserção produtiva e urbanização da fronteira agrícola na região oeste do Paraná”, sintetizaram o encadeamento factual clássico; esclarecendo que, “pretendo analisar a evolução nas formas de inserção produtiva dos migrantes que contribuíram para o incremento populacional e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná. Para isso, analisar-se-á o processo de ocupação da região, inicialmente na condição de fronteira agrícola, empregando a maior parte dos migrantes em atividades do meio rural. O crescimento econômico e o desenvolvimento regional promoveram um processo de ‘exclusão’ no campo, a partir da introdução de técnicas modernas de produção na agricultura, o que conduz a criação de novas formas de inserção produtiva em atividades ligadas ao meio urbano, como indústria, comércio e prestação de serviços. É essa evolução das atividades agrícolas para as urbanas que se pretende analisar neste artigo, tomando como recorte o processo de desenvolvimento da região Oeste do Paraná”.

¹⁰ Sobre o legado desses investimentos, destaca-se o prefácio feito por Marilena Chauí à obra de Eder Sader, ainda na década de 1980, portanto há quase 30 anos atrás. Em sua apresentação (referente à “Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80”), alegou que, “seu trabalho não se volta para a análise de *estruturas* (econômicas, sociais, políticas), mas para as *experiências* populares. Não se trata de simples mudança do ponto de vista, mas de crítica às perspectivas estruturais anteriores, que caracterizaram as análises das esquerdas e das ciências sociais onde, por definição e por essência, o cotidiano é encarado como um espaço-tempo onde ‘nada acontece’. Eder nos mostra o que e o quanto aí acontece [...] Quais as consequências da mudança do foco da análise praticada pelo autor? Desde logo, não partir de definições prévias da política, mas deixar que elas advenham pelas formulações dos próprios sujeitos dos movimentos”. Talvez a ênfase que atribuo à noção de movimentação social de trabalhadores, seja neste artigo seja em outros trabalhos que realizei, tenha exacerbado o já apelativo tom de Eder Sader; onde, tendo em vista as posições por ele assumidas, meus encaminhamentos podem ter se desviado de algumas de suas preocupações, algumas caras à sua reflexão. Confesso que não tenho como inquietação sua relevante atenção dispensada à constituição das manifestações coletivas dos trabalhadores, aquelas que tanta obsessão causava aos diversos observadores da sociedade brasileira na década de 1980. Não há muitas dúvidas quanto ao fato de que Eder Sader, entre outros pesquisadores, dedicava-se à compreensão das experiências de trabalhadores com o firme propósito de acessar os sentidos do que aparecia como sua volumosa implosão no cenário social daquele momento. Em várias ocasiões, esclarecera que, “procurei, nessa reconstituição da dinâmica desses movimentos, examinar as modalidades particulares de reelaboração das experiências dos trabalhadores e a configuração de novos padrões de ação coletiva”. Argumentou, com bastante lucidez, que, “nessa representação a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que,

Portanto, na obra de Laverdi, estimo o interesse e o empenho de pesquisa demonstrado – dedicado a tratar a presença de sujeitos não inteiramente ignorados, mas quase sempre subestimados nos destinos de nossa história. Ao operacionalizar esse impulso, sua energia oferece mais do que uma descoberta acadêmica, já que as “trajetórias” desses sujeitos tornaram-se um material valioso na confrontação com as “reatualizações do passado”; ou seja, contra as versões legitimadoras das “formas sociais dominantes”. Aquelas que atuaram no estabelecimento dos projetos colonizadores e de toda sua sistemática – ou dos que agora, já distantes daqueles momentos iniciais, apenas se favorecem do passado imemorial, reivindicando, em muitos casos, uma espécie de linhagem colonizadora.

Fora dos variados arranjos manifestados nessa genealogia, surge o interesse pelas narrativas dos sujeitos ora destacados. Que cada vez mais são abordados em uma gama multifacetada de trabalhos acadêmicos, não necessariamente sintonizados com as mesmas preocupações – principalmente no que diz respeito aos procedimentos teóricos e metodológicos que informam suas proposições. Algo que pode ser mais bem explorado ao destacarmos trabalhos como o de Seibert (2008), elaborado enquanto dissertação em história, produzida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Acreditando-se coerente com os intentos de sua investigação, o pesquisador também se dedicou à produção de entrevistas, justificando que “o objetivo fundamental é dar voz aos seres humanos comuns, trabalhadores do frigorífico e moradores da Vila Operária e do Loteamento Ceval” (SEIBERT, 2008: 19), localizados na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Em uma de suas entrevistas, gravada em abril de 2007, registrou-se o diálogo do pesquisador com um senhor de nome Davino. O narrador, que se mostrou pouco constrangido com os aparatos próprios do rito acadêmico (incluindo aí elementos como o aparelho gravador e a não menos confortável posição de investigado), assumiu a interpretação de sua trajetória com bastante desenvoltura. Diria, mesmo, que resolveu

num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo, com visibilidade pública. O que acontecera na manhã de 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol”. Reconhecida a identificação e o distanciamento, ainda assim sinto o ressoar de suas preocupações em um conjunto de pesquisas posteriores às suas provocações. Entre essas, enxergo um sentido articulador, associativo de esforços que se complementam e que se confrontam no interior de uma mesma tradição. A tradição dos que praticam, não como cópia e/ou repetição (mas, antes, como inspiração), o legado do interesse pela historicidade das avaliações e condutas erigidas pelos mais diversos trabalhadores. Sobre a íntegra das posições insinuadas, ver Chauí (1998: 12) e Sader (1988: 19;29).

utilizar aquele espaço para expor as interdições de uma vida. Ao que parece, chegando a extrapolar a expectativa intelectual interessada na confirmação de sua posição de vítima em um processo de desocupação habitacional, com o qual de fato o entrevistado vinha sofrendo. Circunstância que instigava a presença do pesquisador naquele momento de sua vida.

Desse modo, para além de reconhecer a honrosa disposição e solidariedade demonstrada por Seibert, empenhando-se em “um estudo [...] sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia” (SEIBERT, 2008: 19), gostaria de objetar algumas questões. E, para tal, tomo como ponto de reflexão o seguinte fragmento, bastante expressivo no que se refere ao que entendo ser a condescendência tutelar manifestada nesse encontro:

Senhor é natural de onde?

De Minas Gerais.

Em que ano o senhor chegou em Marechal Cândido Rondon?

Em 1964.

Por qual motivo o senhor veio a Marechal Cândido Rondon?

Por que a situação lá não tava boa, né? Casei lá e há muié um dia resolveu um dia ir embora e... fiquei meio sozinho... e um dia chegou um “pau de arara”... peguei e enchemos o caminhão e fomo parar no Mato Grosso...

[...]

Daí o senhor saiu de lá e veio para Marechal Cândido Rondon?

Não, daí eu saí de lá e fui pra fazenda que o homem me viu lá... o gerente lá da Maripá que me levou lá pro campo de aviação, pra trabalhar naquele pinheiral que tem ali [Toledo-PR]. Lá eu fiquei uns 10 meses, ele só enrolava, não saía dinheiro...

[...]

E daí depois de lá que o senhor veio pra Marechal Cândido Rondon?

É depois, em 73, eu vim trabalhar aqui em Iguaporã, numa serrariazinha que tinha ali¹¹.

No intervalo que separa as três primeiras perguntas das duas últimas, transcorreram-se 11 páginas, intermitência que impus com um corte na transcrição. Aliás, registre-se que foram páginas muito significativas, ricas de questões afetas a esta pesquisa. Haja vista que o Senhor Davino não abriu mão de tornar conhecida sua caminhada pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, percorrendo inúmeras cidades e se ocupando em atividades de trabalho bastante distintas. Mudanças que poderiam soar

¹¹ DAVINO. Entrevista concedida a Carlos Alberto Seibert. Marechal Cândido Rondon, 28 abr. 2007.

incongruentes, exigindo, portanto, empenho em suas justificativas, um modo de fazer-se entendido por seu interlocutor.

Todavia, apesar da aparente surpresa demonstrada por Seibert, suscitada pela densidade da narrativa do trabalhador, o que de fato impera no transcorrer das 23 páginas que compõe o texto é o obstinado interesse do acadêmico em que o trabalhador estudado se reportasse à pauta previamente definida. Nesse caso, tratava-se de um roteiro comum aos outros muitos entrevistados, qual seja, uma sucinta anúnciação de sua vida egressa até o momento fulcral da pesquisa. Que, por sua vez, estava detida no período em que Davino se empregou no frigorífico, responsável pela concessão da moradia; a qual, no instante do diálogo, vinha sendo pressionado a abandonar.

Daí se entende a insistência do entrevistador em questionar sobre o momento em que Davino teria chegado a Marechal Cândido Rondon-PR, cidade onde estava situada a referida indústria e sua respectiva vila operária. Ou, ao menos, as demandas que dela restaram, uma vez que a empresa já havia fechado aquela unidade industrial, tanto quanto se desfeito do conjunto de moradias a ela associado. Aqui, a persistência se apresenta como um recurso do pesquisador para dirigir a pauta do conteúdo narrado, mesmo que o entrevistador esteja mais interessado nesse enquadramento do que o próprio entrevistado.

Mas, o que, de fato, estou problematizando?! Não teriam os pesquisadores direito de definirem “o que” e “o como” abordar em seus trabalhos?! Por certo que sim. E Seibert foi claro na definição dos limites de sua pesquisa. Afinal, aquela foi uma análise sobre “Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007)”. Um estudo depreendido de um universo de pesquisa academicamente legítimo e bastante usual, onde alinhou a especificidade de suas questões a mais “um estudo de caso”, ligando a peculiaridade de suas investigações ao que supunha ser muitos outros casos, identificados a partir dos marcos da “formação do setor urbano-industrial [...] e a luta por moradia”.

Mas, distanciando-me dos caminhos de Seibert, gostaria de retomar seu diálogo com Davino. Já aponte que esse entrevistado me pareceu um narrador muito instigante, justamente por não ter se restringido às preocupações de seu entrevistador. Portanto, graças às suas próprias questões (advindas de sua intervenção na relação com seu interlocutor), podemos explorar outros aspectos de sua narrativa. Que, por sinal, vão ao encontro das minhas preocupações.

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

O trabalhador, quando provocado a falar sobre a saída de seu lugar de origem e a sua chegada a Marechal Cândido Rondon-PR, apontou um percurso extenso e tortuoso. Uma movimentação que foi caracterizada por elementos que lhe foram muito particulares, mas que também foram comuns a muitos outros trabalhadores.

O Senhor Davino teria saído de Governador Valadares, no leste de Minas Gerais, com destino a Pedra Preta, área distrital de Rondonópolis, localizada ao sul do estado de Mato Grosso. Portanto, saía do sudeste brasileiro com destino a área central do país, percorrendo um trajeto em que cruzava os estados de Minas Gerais e Goiás. A distância de mais de 1.500 km, tanto quanto o transporte nada confortável na boleia de um caminhão, não foram elementos destacados como pontos capazes de demovê-lo da expectativa de mudança.

Uma decisão que, apesar das agruras narradas, quase meio século depois ainda mantinha, nas alegações de Davino, os termos assertivos de sua ponderação. Haja vista que acreditava ser compreensível, aos olhares de seu interlocutor, as argumentações sobre as dificuldades enfrentadas por trabalhadores em seu lugar de partida. Afinal, mesmo para quem nunca foi àquela área do país, nem viveu naquela temporalidade, há uma prévia disposição em consentir com o entendimento de que “a situação lá não tava boa, né?” Que, “Tinha muita gente que tava na pior lá”.

A tentativa da construção do diálogo durante a entrevista, explicitada no trecho de Davino, demonstra como ele tenta aproximar-se do entrevistador, apontando os sentimentos que são compartilhados socialmente. A intenção é tratar certas relações expandindo-as para além da individualidade. Onde procura apontar como essa é uma experiência social da desigualdade, observada e tratada por muitos trabalhadores o tempo todo.

Algo diferente de simplesmente consentir com essa situação, de olhar para esse entendimento e dizer de um processo tranquilo, por mais que haja o interesse em formular certa visão paradigmática sobre ele. Uma visão que, por sinal, talvez fosse duplamente reconhecida por Seibert. Primeiro, porque provavelmente notou que quando, no sul do país, supõe-se essa questão, ela é tida, por muitos, como autoexplicativa. Entre outras coisas, porque os interlocutores daqui estão quase sempre prontos a ter nessa visão a característica mais significativa do lugar de origem de um “nortista”. Que, para esse caso (ignorando as

convenções cartográficas oficiais), seria qualquer ser humano que se situa da faixa norte do Paraná até o extremo norte do território nacional.

Segundo, porque, por dever de ofício, conhecia bem as explicações mais sintéticas e generalizantes sobre o que seria o processo histórico definidor de destinos como o do trabalhador Davino, recorrentemente anunciado a partir da seguinte equação:

o crescimento da urbanização brasileira em curso não estava preparada para absorver toda mão-de-obra disponível nos grandes centros. Assim, foram sendo criadas as condições para que os trabalhadores “excedentes”, provindos das “regiões tradicionais”, se dirigissem para as fronteiras agrícolas em construção. Rondonópolis é um exemplo disso (FROELICH, 2005: 18-19).

Tal suposto orientou o trabalho de Froelich, uma dissertação de mestrado em história, produzida no alvorecer do século XXI. A acadêmica, apesar de ater-se aos “migrantes de municípios próximos a Rondonópolis” – portanto, internos ao estado de Mato Grosso –, tratou do momento em que Davino chegava ao município, no caso a década de 1960. Não obstante os limites definidos para sua pesquisa, a autora notou que “ocorreram deslocamentos de pessoas [...] procedentes de várias partes do país, principalmente do Nordeste e Sudeste [leia-se áreas tradicionais]” (FROELICH, 2005: 23).

Um “processo histórico” que, segundo Froelich, vinha ocorrendo desde “a (re)ocupação de Rondonópolis nas décadas de 1940-1950”, o qual estaria ancorado no que seria “o contexto nacional”, expresso na

“modernização agrária” parcial, ocorrida no Nordeste e também em São Paulo, e isso, por sua vez, dispensava grande parte de sua força de trabalho. Esses trabalhadores buscavam um novo espaço para a sua reprodução, podendo encontrar em Mato Grosso um lugar de esperança (FROELICH, 2005: 16).

Assim, uma associação apressada da condição anunciada pelo trabalhador ao verbete estrutural destacado acima, poderia autorizar uma ligação automática com a movimentação assumida por Davino, sugerindo o que poderia ser identificado como uma espécie de evasão imperiosa. Ademais, o caminhão passava em frente à sua casa e, apesar de oferecer uma vaga rumo ao desconhecido, a proposta parecia bastante considerável, pois se tratava da oportunidade de “ir lá pegar o dinheiro e voltar”.

Todavia, é preciso observar que considerável não é o mesmo que instintivo, tal como parece indicar o ponto fulcral da decisão tomada por Davino: “Casei lá e há muié um

dia resolveu um dia ir embora e... fiquei meio sozinho... e um dia chegou um ‘pau de arara’, peguei e enchemos o caminhão e fomo parar no Mato Grosso”.

A peculiaridade da decisão desse trabalhador sugere que, apesar das pressões vividas em sua condição de classe, há avaliações que são consideradas no momento de definição de suas condutas, as quais não se processam sem a reticência de seu ajuizamento. De outro modo, seria difícil entender porque até aquele momento Davino havia se esquivado dos assédios encetados para que tomasse acento em um dos tantos ‘pau de arara’, que saíam não apenas para Rondonópolis, mas também para muitos outros destinos.

Nesse sentido, o fato de “encherem o caminhão” pode não significar mera aquiescência a um destino tido como determinado, do qual teriam simplesmente aberto mão de intervir. O que me parece um flanco de investigação que permite acessar modos de vida e ação que passam ao largo das noções menos porosas de “movimento social” e/ou “lutas políticas”.

Quando lidamos com experiências de trabalhadores, ou ainda com as narrativas desses sujeitos (versadas em algum recorte temático e/ou temporalidade), precisamos nos atentar ao risco de manusearmos esses registros como se fossem meros artefatos retirados de um depósito abarrotado de palavras-chave, como se afeitas ao nosso bel prazer.

Com isso, não nego o fato de que essas evidências não falam por si; que precisam, rigorosamente, ser interrogadas por mentes dedicadas a uma vigilante desconfiança e disciplina; aprendi essa lição com a infinidade de páginas lançadas em um combate de mais de um século pelos sentidos da história. Sou alguém tocado por essas apologias¹². Mas, também aprendi que essas documentações impõem certos limites às mentes, inclusive às dos analistas mais prodigiosos. Refiro-me à incontornável materialidade de sua constituição histórica¹³.

¹² Sobre algumas dessas exortações, dedicadas às peculiaridades de nossa disciplina, sugiro, entre variadas perspectivas e supostos, as seguintes ponderações: Bloch (2001), Fenelon (1992) e Thompson (1981).

¹³ Aqui, quando tenho em mente essas considerações, ocorre-me sempre uma imagem proposta por Thompson. Argumentando sobre o quão miserável pode ser a soberba teórica (enclausurada em modelos alegóricos e estáticos de visão), alertou que, “por mais elaborados que sejam os mecanismos internos, as torções e autonomias, a prática teórica constitui o ponto extremo do reducionismo. [...] Ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora”. Ao me reportar a essa imagem, considerando a distância que mantemos do momento em que foram registradas essas frases, acrescentaria, apenas, que a recusa à investigação empírica também pode, contraditoriamente, manifestar-se no próprio ato de declaração de seu prestígio; onde, os que tomam de empréstimo essas sugestões, por vezes estimadas por seus efeitos linguísticos, podem acabar revelando a total

Portanto, quando lido com explicações orgulhosamente sintetizadoras (prontas a definirem a dinâmica social na pincelada de uma frase), ainda me assusto com a pálida inquietação de espíritos tão resolutos. Aqui, não me entendam mal, falo menos do vício e mais do viciado. Porque sei que o deslize acomete a todos, também a mim.

Assim, apesar da tentação, quando conversava com Marivaldo, sentado no sofá de sua casa, interessado que me apresentasse um rosário de itinerários, percebi que ora me deparava com longos percursos sintetizados em algumas frases, ora, em outros momentos, tinha na narração de um único episódio páginas inteiras. Então, passei a ponderar que talvez houvesse algo de significativo nessas distintas modulações. Na visão de Portelli (2010), essa era a “barreira” e “escritura” que estávamos a construir durante a conversa daquela tarde, o quanto tornaríamos explícito sua visão e impressões sobre o que tratamos na entrevista, pois era ele que, em última análise, decidia “quando e até onde eu podia entrar” (PORTELL, 2010: 34).

Tal dedução me foi imposta pela contingência da própria documentação. Pois, apesar do meu interesse inicial na pauta dos percursos vividos por trabalhadores (entendendo-se, com isso, suas passagens por diferentes cidades e estados do território brasileiro), quase sempre essas enunciações faziam pouco mais do que listar lugares variados. Logo, atribuíam pouca ou nenhuma importância à historicidade de suas indicações. Portanto, precisava enfrentar a dificuldade de sair dessas listagens, passando aos sentidos que informavam seus arranjos.

Com essa preocupação, percebi que através de perguntas aparentemente pontuais poderia alcançar sentidos mais densos, inclusive os de caráter mais sintetizantes. Tal como pode ser depreendido no fragmento abaixo, quando meus questionamentos se dirigiram ao momento anterior aos seus deslocamentos, indagando sobre seu lugar de origem.

Então o senhor, seu Marivaldo, o senhor nasceu em Minas?

É. Eu Sou de Santa Cruz Salinas.

Santa Cruz Salinas?

É. Santa Cruz Salinas é uma cidadinha... Assim, uma cidadinha meio pacata, né cara? Assim, uma cidadinha que todo mundo conhece todo

falta de congruência entre o anúncio propalado e sua efetiva consumação. Pelo menos segundo uma determinada lógica histórica, também sugerida por Thompson, segundo a qual, “A evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência. É isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar” (THOMPSON, 1981: 50; 185).

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS
E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

mundo... Só que é uma cidadinha que pra mim não tem futuro... Assim, a gente não tem futuro lá, né? Então, geralmente o pessoal que se escapá de lá, né? E tem gente que sai pra cá... Assim, pra cidade grande... e se dá bem... e outros que não dá, né? Cara, mais eu mesmo, pra falar a verdade, eu tô muito bem no Paraná.

[...]

O senhor viveu lá até quantos anos?

Eu vivi lá até os meus dezenove anos.

Dezenove?

É que nem eu te falei... Cê vai... Você cresce... daí você vai querê um futuro... Mas você, né? Cê não vê aonde du cê se agarrá... Então, aí cê ouve falá das grande cidade (Belo Horizonte, São Paulo)... Cê que escapá, inclusive eu vim direto pra São Paulo¹⁴.

Quando foi instigado a falar sobre a cidade onde nasceu, estando ciente que estava ali com o propósito de conversarmos sobre os caminhos que o conduziram até Palotina, apresentou (a partir desses referenciais) a cidade de Santa Cruz Salinas. A princípio, a indicação, não diretamente explicitada, sinalizava que o ponto onde deveríamos concentrar nosso diálogo estava demarcado em um intervalo de tempo de pouco mais de três décadas – que se estendia da primeira metade dos anos de 1980, período em que deixou a cidade, até aquele instante.

Mesmo assim, acreditando que estava correspondendo aos meus interesses, expôs o lugar onde viveu (até os seus 19 anos de idade) como o espaço de um conjunto de relações que suscitava (e até certo ponto justificava) sua busca por novos horizontes. O que, por sinal, não precisava ser tratado como resultado de nenhuma conduta incomum e/ou extraordinária – haja vista o compartilhamento social que atribuiu à sua decisão¹⁵.

Desse modo, caracterizou o ponto de onde partiu como sendo “a cidadinha” sem futuro. Falou daquele lugar como o terreno que “geralmente” desperta “no pessoal” o desejo de “escapá”. Todavia, as motivações que alimentam esse desejo nem sempre conseguem ser acessadas e exploradas em seu processo de constituição – incluindo aí as nossas muitas incursões acadêmicas. Afinal, como chamei a atenção na fala de Davino,

¹⁴ MARIVALDO. Entrevista realizada pelo autor... (2015).

¹⁵ Tendo em vista o interesse em sugerir algumas imagens sobre o compartilhamento dessa movimentação, mais especificamente às peculiaridades vividas no Norte Mineiro, gostaria de destacar alguns recentes trabalhos que, apesar de não terem se atido particularmente a essa problemática, tocaram, mesmo que tangencialmente, nessa questão. São pesquisas que, apesar de se firmarem em supostos e temáticas distintas, chegaram, em algum momento de suas reflexões, à problemática investigativa que também é tratada neste artigo (CARDOSO JUNIOR, 2008; RODRIGUES, 2013; SILVA, 2012).

quando, no Sul do país, fala-se sobre esse assunto, logo surge a pauta do êxodo nortista como clichê autoexplicativo.

Utilizando-se desse repertório preconcebido (tacitamente aceito para a construção de seu enredo), contrapôs “a cidadinha” à “cidade grande”. Diferenciou o seu lugar de nascimento de todo um espectro generalizante, definido como “saí pra cá”. Porém, esse “pra cá” não apresentou delimitações muito claras, suas fronteiras incluíram várias cidades (entre elas algumas pequenas cidades), além de quatro estados. Nem todos em porções localizadas ao Oeste, fossem essas localidades dirigidas ao Sul, Sudeste e/ou Centro-Oeste do país. Tão pouco se restringiram às novas fronteiras agrícolas.

Marivaldo declarou ter saído do Norte Mineiro em direção a São Paulo, capital; sendo que posteriormente seguiu para Toledo, no Oeste do Paraná, de onde, a partir dali, colocou-se em constantes mudanças no interior do estado, as quais foram conciliadas com uma breve incursão ao estado de Mato Grosso. Desse modo, tendo em vista os propósitos de nossa conversa, orgulhou-se de apresentar um farto itinerário. Que, segundo ele, além de Palotina-PR, Santa Cruz Salinas-MG, São Paulo-SP e Toledo-PR, contava com passagens por Nova Santa Rosa-PR, Clevelândia-PR, Guarantã do Norte-MT, Pato Branco-PR e Maringá-PR; sendo que, em certas ocasiões, partira e retornara (algumas vezes) às mesmas cidades.

Foi com a visão lançada retrospectivamente para esse trajeto que Marivaldo asseverou o sentimento que nutria sobre sua caminhada, afirmando que, “pra falar a verdade, eu tô muito bem no Paraná”. Um desfecho que procurou localizar sua experiência no rol daquelas que, na busca de um futuro melhor (na movimentação regida pelo desejo de encontrar um ponto “aonde du cê se agarrá”), acabou por “se dá bem”.

Uma narrativa que atuava por sua distinção diante de outra latente possibilidade, uma possibilidade conhecida por muitos trabalhadores, os quais, ao buscarem alternativas diante de seus modos de vida, nem sempre encontraram o que se colocaram a procurar. Essas frustrações eram sabidas inclusive por sujeitos como Marivaldo, que acreditavam ter se desvencilhado dos que eram notados por “não dá certo, né?”.

Algo que, inclusive entre outros trabalhadores, poderia soar como uma avaliação bem mais controversa. Haja vista que as condições em análise se referem às possibilidades de um saqueiro diarista (ocupação nem sempre tomada como socialmente prestigiosa); a

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

qual tinha em seu salário e no da esposa, cabeleireira (comissionada em um salão de beleza), os ganhos que dispunham para a manutenção da família. Nada que, a princípio, compromettesse a imagem de dignidade que procurava construir, ostentada em uma casa relativamente espaçosa, dotada de um carro na garagem e de um espaço para churrasco que se mostrou orgulhoso em exibir.

Aspectos que, somados à residência bem mobiliada e limpa, compunham a visão sobre o que estaria destacando como suas conquistas. Mesmo que, no caso, estivéssemos nos referindo a um imóvel alugado, o qual confessou ter interesse em entregar ao locatário. Uma ação que buscava reduzir a despesa com a moradia, mas também diminuir os esforços despendidos nos cuidados diários, pois procurava uma casa menor, que dizia ser mais compatível com o fato de ser habitada apenas por ele e a mulher – situação que viviam após a mudança dos filhos.

Não esquecendo, ainda, aquela que me pareceu a façanha mais comemorada ao julgar os seus triunfos. Refiro-me ao anúncio esfuziante de que um dos seus quatro filhos teria alcançado a formação superior; onde, apesar do jovem ainda se sustentar com as diárias de sua atividade como saqueiro, já que desempenhava a mesma ocupação do pai, estaria terminando um mestrado em Educação Física, esperançoso de que, após a conclusão do curso, isso pudesse mudar muita coisa em sua vida.

Assim, quando me deparava com tais questões, tinha dificuldade em meramente remetê-las à ideia de que sujeitos como Marivaldo e Davino tenham partido de suas cidades de origem porque fossem impulsionados por uma força exclusivamente sistêmica – como se essa fosse uma espécie de energia exterior às suas próprias concepções. Ao ter em conta a clássica argumentação acadêmica da busca por “um novo espaço para sua reprodução” (como se sensitivamente tivessem descoberto que não conseguiriam sobreviver ali), essa alegação me soava desinteressada da investigação de que esses sujeitos talvez não tivessem instintivamente abandonado relações que simplesmente não permitiam sua “reprodução”.

Antes, tal movimentação podia fazer alusão ao fato de não consentirem com a tal “reprodução” em quaisquer termos, principalmente aqueles que lhes poderiam parecer pouco razoáveis e/ou nada toleráveis. Onde, a também paradigmática alegação da inversão populacional, expressa no entendimento de que “o crescimento da urbanização brasileira não estava preparada para absorver toda mão de obra disponível nos grandes centros” – daí

sua afluência a centros menos explorados –, sugestionava uma mecânica interpretativa que incorria na possibilidade de chegar à mesma omissão¹⁶.

Então, toda vez que me via ladeado por essas inferências, retomava o diálogo com Marivaldo. Quando propus como ponto de reflexão sua passagem por São Paulo, um dos lugares mais exemplares quando o assunto se refere aos deslocamentos rumo às “grandes cidades”, abriu-se um flanco para um amplo leque de questões. Ao ter nesse marco o plano inicial rumo ao futuro que tanto procurava, ligou esse ponto aos sentidos e termos de sua saída de Santa Cruz Salinas, tanto quanto conectou a partida desse destino às motivações e circunstâncias de sua vinda a Toledo.

Após ouvi-lo, tive ainda mais dúvidas quanto à suficiência das teses anteriormente mencionadas. Apesar de, contraditoriamente, reconhecer que trajetórias como a de Marivaldo são comumente apresentadas e/ou enunciadas como uma típica ilustração das tais teses (Fundamentalmente no que se refere à dinâmica territorial e populacional da sociedade brasileira, na temporalidade que se segue à segunda metade do século XX).

Afinal, temos um trajeto que estabelece a sequência recorrentemente propalada, qual seja, a saída do interior tradicional, passando (ou não) por grandes centros urbanos e, posteriormente, o encaminhamento para as novas fronteiras, destacadas por suas atividades agrícolas, agropecuárias e/ou agroindustriais. Porém, não necessariamente negando essas marcações, coloquemo-nos a visualizar essa dinâmica fora dos referenciais previamente modulados. Vejamos, portanto, o que Marivaldo tem a dizer sobre o seu percurso, tentando perscrutar o que podemos depreender da sua (mas também da nossa) experiência social.

¹⁶ Quando se deparam com essas incongruências nem todos se esforçam em silenciá-las, muitos, desconcertados com a inconveniência dessas variáveis (por vezes avolumadas em seus quadros estatísticos), colocam-se a reexaminar as velhas proposições, substituindo-as por novas explicações, agora ornadas com novos contornos, supostamente mais apropriados às emergentes materialidades históricas. Parece-me o caso das considerações encetadas pelos organizadores das “Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil”, desenvolvidas no âmbito dos “estudos e análises” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Intrigados com a expressiva alteração nos destinos mais comuns dos “fluxos migratórios”; os estudiosos ponderaram, no início do segundo decênio do século XXI, que “O fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do Século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011: 9). Assim, seguindo a já conhecida seta dos “padrões” e “tipificações”, persistem na busca do tão almejado esclarecimento teórico.

Quando o senhor saiu de lá [Santa Cruz Salinas]... o que fez o senhor pensar que... bom, é agora? Que o senhor foi...! Porque eu imagino que, pelo que o senhor fala, o senhor conviveu com a possibilidade de sair por um bom tempo, e foi adiando essa possibilidade...

Exatamente. É... é que nem... né? É que geralmente lá... é o seguinte... aquele pessoal... a gente já diz assim, naquele tempo lá nosso, lá no meu tempo lá, isso aí... uns vinte e sete... vinte e oito anos atrás... então, a gente pegava... a gente pensava assim... aquele pessoal mais esperto, né? “Ah, fulano mora lá em Belo Horizonte...” “Aí... fulano mora em São Paulo...” Aí eles ia passeá lá, geralmente eles ia só uma vez por ano, que era nas época de São João, que era a única coisa que eles comemora mais lá no nordeste... é festa junina... Aí é... aí o pessoal falava “São Paulo... São Paulo é isso, São Paulo é aquilo...” E você ia ponhando aquilo na cabeça... “Ah, eu vou exprementá...” a própria capital de Minas, que é Belo Horizonte... “Ah, mas tem isso, tem aquilo, tem muita indústria...” Às vezes a gente não sabe... mas que... quê... “O quê que é indústria?” Na época a gente ficava assim pensando... a gente era muleque, né? Rapazinho adolescente... Eles falavam, “Ah, tem muita indústria, muitas firma...” Aí a gente ficava pensando... quê que é isso, né? Cê ficava curioso pra sabê, né? Aí, quando você tinha uma oportunidade, as pessoa... quando tinha aquela oportunidade de saí, ia e saía. Aí eu falei um dia, “surgiu a oportunidade”... Aí tinha uns cara que era conhecido meu, naquela época a gente brincava muito de bola, e os cara veio pra São Paulo... Aí eles veio passeá... e ficou naquela, “vamo, e vamo”... “Cê vai com nós, aí cê vai trabaiá com nós...” E não é que eu vim cara? Vim pra São Paulo... Aí eu fui trabalhá em uma firma que mexe é... fazia peça pra bicicleta.

Que era a firma que eles trabalhavam?

É. Inclusive tinha um desses que trabalhava nessa firma, ela fazia... fabricava peça pra Caloi... pra Caloi e pra Monark. Aí eu falei, “Mais será?” Rapaz, mas do jeito que eu vim eu entrei na firma. Nossa! Era bom hein cara... Só que ó... vou falá a verdade, as primeiras duas semana eu chorava com vontade de voltar embora... é lugar que filho chora e pai e mãe não vê, né cara?

Quando eles falavam que era bom, eles falavam que era bom por quê?

Bom porque ganhava dinheiro. “Ixi! Lá é muito bom, porque você vai ganhá bastante dinheiro”. Naquela época você só pensava em ganhar dinheiro, não só naquela época, como hoje também, né? É bom ganhar dinheiro, né? “Rapaz, aí gente vai lá pro... pro Parque Ibirapuera... Aí nós vamo pra Santos... e não sei o quê...” Rapaz, a gente ficava iludido c'aquilo... pra mim era só ilusão, né? Não... na época vixe! Era, “Ah, eu vou e vou... e vô”. E, de fato, eu vim... eu vim... que eu morei três anos em São Paulo [...] Daí eu trabalhei... eu trabalhei ali, nessa fábrica de peça, eu trabalhei dois anos. [...] Aí depois fui trabalhá na Caloi... Aí eu trabalhei quase dois na Caloi... Aí, quando o meu pai mudou aqui pra Toledo, ele veio lá de Minas e veio pra Toledo... porque eu tenho uns primo e tio aqui em Toledo... Daí meu pai veio direto... Aí meu pai não gostou, e ficou só um ano (risos)... E meu pai foi de volta... Aí, nas minhas férias, eu vim, né? Eu vim ali... Só que São Paulo não tinha vida...

São Paulo cê não tinha vida... São Paulo vixe ó...! Cê escutava era todo dia homem do céu, toda hora, noite inteira aquela sirene de polícia e ambulância... Aí eu falei, “Ah não. Esse lugar aqui, Deus o livre!” Só saía ali pra trabaiá, não via a hora de chegá no... onde é que eu morava nós era, era oito quarto, oito peça... Então, ali, cada pecinha você alugava... uma peça... cê ponhava seu fogãozinho ali, sua cama... Cê ia trabalhá, comprava suas coisa... Aí eu ó... eu... depois... eu fui saí mesmo depois de um ano, um ano e pouco que eu tava lá, depois de um ano e pouco que eu tava em São Paulo que eu fui saí pra i pro Ibirapuera, pra ir em algum... aqueles campo de futebol, né? Depois que se foi amansando um pouco, né? Que é pra quem tem medo, né? Pra quem tem amor à vida, né? Meu amigo... Cê não vai chegando, né? Porque lá é bicho feio, naquela época já era bicho feio, imagina hoje, né? Aí eu vim pra... eu vim pra... meu pai veio pra Toledo, aí eu vim... aí, nas minhas férias, eu vim aí... Eu cheguei aqui... rapaiz! Aí, rapaiz, eu gostei de Toledo hein! E daí os primo, os parente, saiu naqueles bailão ali, né? “Nossa! Aqui é bom de mais...!”. Aqui ninguém se enrola com a vida de ninguém... Ah rapaz, esses meu irmão, que hoje tá tudo homem, que são da segunda família do meu pai, era tudo pequeno, né? E os primo meu falava assim, “Ah, por que você não vem pra cá, ajudá seu pai criá os filho?” Eu peguei... Eu fui lá... só pedi a conta (risos).

Voltô só pra pegá a conta?

É. Voltei lá em São Paulo só pra pegá a conta... E aí ele não queria me dá a conta, “Não, mas tu é um funcionário bom, e não sei o quê”, e naquela época lá, era uma muié que era... que comandava lá, era uma senhora, o nome dela é Elvira... eu lembro até hoje... “Mas ó Marivaldo, você é um cara bom... Rapaz, você tá com dois anos de firma, você não tem uma falta, você não tem uma reclamação e você...”, “Não, mas não quero” (risos). Porque eu era assim, lá eu não tinha uma falta cara, não tinha um atraso, graças a Deus não tive nenhuma reclamação, e eu tava com... eu lembro até hoje, ia fazê um ano e oito mês, um ano e oito mês... Eu peguei férias... Eu voltei lá depois das férias... Aí me casei ali, com seis mês que eu tava ali... Aí meu pai voltô pro memo lugá... E eu fiquei, né? Me casei e aí fiquei trabaiano na área de Toledo à Pato Branco, Pato Branco pra cá... Nova Santa Rosa... Tô aqui nesse meio aí¹⁷.

Como podemos observar, não é possível sustentar, a partir da trajetória indicada por Marivaldo, que sua partida de Santa Cruz Salinas tivera como destino prévio algum ponto localizado na ampla faixa do Oeste brasileiro – Nem mesmo no que se refere ao Oeste paranaense, que, até o momento, apresenta-se como sua última parada. Tão pouco é razoável alegar que a renúncia da vida na “cidade grande”, que a princípio chamou sua atenção e instigou sua mudança, tenha ocorrido por não ter conseguido viabilizar sua “reprodução” no grande centro urbano. Pelo contrário, ali, próximo às muitas indústrias e

¹⁷ MARIVALDO. Entrevista realizada pelo autor... (2015).

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

firmas, conquistou o posto de operário industrial; algo que, até certo ponto, foi muito desejado.

Por sinal, um desejo nada abstrato, já que seu lastro material fora claramente anunciado. Aliás, diria que fora socialmente comunicado; fosse por quem propagou os sentidos das tais aspirações, no caso os conhecidos de infância – ex-colegas de futebol e eventuais companheiros das diversões nas festas de São João, entre outras sociabilidades –, fosse por pessoas como Marivaldo, que tomaram para si os termos de uma determinada pretensão.

Por sua vez, essa aspiração foi traduzida, entre outros aspectos, no propalado interesse em ganhar dinheiro. O que, fosse ontem ou hoje, continua despertando a mesma satisfação, inclusive entre os trabalhadores. Então, animado por essa ambição, o jovem auxiliar de seleiro, até então ocupado na tenda artesanal do pai, forjou seu ingresso no grupo “daquele pessoal mais esperto”.

Acolhido entre seus conterrâneos, o “rapaizinho adolescente”, repleto de curiosidades e dúvidas, adentrou no universo de relações já explorado por seus conhecidos (tidos, sobre certos aspectos, como cicerones nos momentos iniciais de sua jornada). Na qual, inconveniências à parte, ele demonstrou certa desenvoltura, galgando determinada ascensão profissional; onde, em um intervalo relativamente curto de tempo, saiu da posição de lavador de peças, em uma metalúrgica que prestava serviços terceirizados, para o posto de pintor industrial, empregado na produção de bicicletas de uma grande indústria nacional.

Conforme os preceitos “daquele tempo lá nosso”, “do meu tempo lá”, passou a ser um daqueles “fulanos que mora lá em São Paulo” no desenrolar da década de 1980. Uma distinção que guardava sua própria ambiguidade. Porquanto, tinha aproveitado bem a oportunidade que tanto esperava: estava alojado no quartinho conjugado, empregado e remunerado segundo suas pretensões iniciais. Mas, simultaneamente, convivia com a insatisfação de não poder contar com parte do que tinha deixado para trás. Fazendo menção à insatisfação de não viver mais no lugar “meio pacato”, ressentindo-se da falta do convívio onde “todo mundo conhece todo mundo”.

Uma ponderação que certamente não se restringia à mera idealização, pois, mesmo que estejamos dispostos a reconhecer os elementos idílicos que comumente são suscitados com essas expressões, não precisamos ignorar o quanto elas, de fato, podem ter sido

valoradas pelo entrevistado. Haja vista que tranquilidade e sociabilidade podem ter alcançado, nos dias de hoje, um prestígio ainda maior do que gozavam naquele momento; mas que, nem por isso, sujeitos com caminhos similares aos de Marivaldo tenham deixado de estimar, já naquele instante, a manifestação desses aspectos em sua experiência.

Entretanto, talvez seja prudente deixar claro que não tomo sua ambiguidade como consequência imediata de noções como despreparo e/ou inconsequência. Primeiro porque essas alegações não ignoram o fato de trabalhadores como Marivaldo saberem, quase sempre com mais acuidade que os analistas sociais, que o lugar de onde partiram não era nenhum pedacinho de céu, caso contrário talvez não tivessem se empenhado tanto para deixarem o paraíso. Segundo, que reconhecer condições relativamente melhores para suas vidas, nos lugares onde foram tentar novas possibilidades, não equivale a dizer que encontraram o paraíso perdido, o lugar encantado que tanto buscavam.

Provavelmente suas avaliações guardam um senso realista mais aguçado do que muitos de nós estamos disposto a reconhecer, o que poderia nos dificultar a apreensão de um pragmatismo fortemente presente em suas ponderações. Admitir os sentidos expressos nessas contradições pode ser um caminho mais profícuo do que simplesmente classificarmos suas avaliações entre as que possuem e as que não possuem o correto discernimento da realidade. Desviando-nos, ainda, da questionável aferição sobre quais de suas condutas são politicamente consequentes e/ou significativas.

Digo isso porque tenho em mente algumas das frases pronunciadas por Marivaldo na citação acima, a qual me pareceu apontar para uma dessas posições desconcertantes, marcadas por uma reticência anticlassificatória; onde alegava, “Nossa! Era bom hein cara... Só que ó... vou falá a verdade, as primeiras duas semana eu chorava com vontade de voltar embora... é lugar que filho chora e pai e mãe não vê, né cara?”.

Essas locuções, pronunciadas em nosso diálogo, aparecem-me como o resultado de uma generosidade digna de registro e reciprocidade. As orações fragmentadas são formuladas de modo a partilhar um conhecimento que não se coloca como esclarecedor, como se posicionado de um ponto explicativo, dirigido a alguém que nada sabia sobre o que ele estava narrando. Antes, sua avaliação permite expor o seu entendimento sobre a existência de uma situação nada resolvida, afastando-se, portanto, de uma fala fácil –

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

daqueles casos, repletos de episódios carregados de “solucionáticas”, como se entendidos por um narrador onisciente e fantasiosamente ardiloso.

Em sentido contrário, sua elaboração parece supor que eu compreenderia o que ele estava dizendo, que compartilharia com ele os duros sentidos informados em suas difíceis escolhas e decisões. As quais, mesmo quando proporcionavam caminhos que permitiam reconhecer certas conquistas, essas nunca eram tão boas a ponto de não necessitarem da usual conduta resiliente, aquela espécie de resignação fastidiosa, assumida como um sofrimento até certo ponto compensatório. Onde o choro se misturava com a satisfação de tê-lo suportado, onde as melhorias precisavam ser alvo de um período de adaptação, pois não se revelavam imediatamente inquestionáveis.

Quando proponho essa elaboração, informada pelo reconhecimento da potência e da lucidez de suas condutas, lembro-me das ponderações feitas por Luigi Negro. Que, apesar de ater-se às “linhas de montagem do industrialismo automotivo e a sindicalização de trabalhadores” (em um momento imediatamente anterior ao narrado por Marivaldo), advertiu sobre o olhar condescendente e/ou tutelar que comumente fora dirigido aos sujeitos provenientes do interior do território nacional. No caso, aqueles que foram viver e trabalhar no ABC paulista.

Em sua tese de doutorado, defendida na Universidade Estadual de Campinas, no início dos anos 2000, argumentou que:

Tão errôneo quanto considerar os migrantes de origem rural como grupo sem história, ou com história engarrafada no ‘arcaico’, é supor seu despreparo para o futuro, a ‘modernidade’ urbano industrial. Quando começaram a revolver seus túneis, os sindicalistas logo depararam com outras galerias, cavucadas por peritos em enxadas e enxadões.

Por si próprios, os trabalhadores tinham como chegar na grande empresa e se manter no seu lugar. Por um lado [...] eles surpreenderam ao mostrar seu preparo quando, de peões da construção, se tornaram peões na fábrica. Calejados com a pobreza, mostravam-se criativos, arrumando seus jeitinhos. No papel de calejados pela pobreza, pediam seus favores e encenavam o apelo dos desfavorecidos, sabendo ‘chorar pitangas’ ou pressionar pelos seus ‘que tais’. Sem explicitar em uma organização partidária as suas desavenças com injustiças sofridas, sabiam acomodar diferenças e desenhavam – socialmente – o ABC. [...] Sentiam-se bem consigo mesmos e viam seu labor como digno, o que não era amplamente reconhecido pelos seus colegas profissionais. Por fim, ao espiarem os caminhos da militância, várias vezes mantidos em gueto, talvez tenham se ressentido da insegurança imanente ao envolvimento com grupos e células, preferindo suas próprias crenças.

Recolhidos nos seus buracos, uns e outros lutavam por sua vida imediata e futura (NEGRO, 2001: 333).

Caso estejamos dispostos a ter nas formulações do autor a inspiração de uma síntese propositalmente alargada, apropriada às suas preocupações – pois interessada em comportar a flexibilidade das trajetórias desses variados sujeitos; podemos perceber que Marivaldo, a seu modo, movimentava-se, conforme suas próprias considerações, a favor de uma vida mais condizente com o que esperava dela. Sendo que, apesar de constrangido em seu novo universo de relações, não deixava de ser o juiz de seu próprio destino. Sobre o qual, decidiria por se reaver com os aspectos por ele sentidos como uma perda, deixando para trás todos aqueles acontecimentos tidos por ele (ao menos em princípio) como desejáveis.

E, após sua passagem pela paradigmática cidade grande, Marivaldo rumara ao extremo Oeste brasileiro, no caso o Oeste do Paraná. Buscava o reencontro com sua família, a qual, há anos atrás, deixou no Norte Mineiro. Agora, na cidade de Toledo, na segunda metade da década de 1980, somavam-se aos seus aproximados 85 mil habitantes. Entre eles, seus primos, tios e sua futura esposa, que conheceu em suas aspiradas noites de bailão.

Uma mudança que permitia a retomada de um convívio social menos ligado às ambições advindas de suas prováveis atividades de trabalho, ou à ideia usualmente sugerida com a noção de crescimento profissional – reconhecendo aí uma determinada hierarquização das possíveis ocupações, fosse essa gradação referente aos valores dos vencimentos ou ao prestígio despertado e a estabilidade proporcionada; já que, por sua vez, essas passariam a ser desenvolvidas em uma ponta da cadeia industrial ligada às ocupações rurais – como a efetiva atividade volante nas lavouras e/ou a movimentação das colheitas nas sacarias, manejadas nos silos das muitas cooperativas agroindustriais, que se consolidavam naquela faixa da nova fronteira agrícola¹⁸.

Um flanco de possibilidades reconhecido em sua dureza, mas também no universo de suas alternativas. Tanto que após a recusa do pai em permanecer na nova cidade, caricaturada pelo frio intenso e tido como desagradável – preferindo o retorno a Santa Cruz Salinas –, Marivaldo novamente se afastaria dos familiares. Afinal, a despeito da já

¹⁸ Uma síntese esquemática e apologética do que seria o triunfo regional expresso na emergência e consolidação dessas cooperativas, tidas como ícones do projeto de constituição do agronegócio no Oeste do Paraná, pode ser vista em Dalmás et al (2007).

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

conhecida vida na cidade grande (e de sua suposta segurança experimentada enquanto operário industrial), assim como a nada simpática imagem atribuída à sua terra natal, optou por manter-se com a mulher e os filhos no território que por ele foi definido como “esse meio aí”.

O afeto e a solidariedade que inicialmente o instigou a vir a Toledo foram substituídos por outros afetos e compromissos, os quais, naquele momento, faziam com que conservassem sua presença naquela “área”. Ademais, como fez questão de retomar em seu bordão, “Trabaiá nós trabaia em qualquer lugar, mas a gente tem que pensá no que é melhó pra gente, né?”.

E é aqui, nesse ponto, o qual diz respeito à visualização das definições do “que é melhó pra gente”, que talvez se manifeste uma das maiores dificuldades de apreensão dos que se pretendem analistas sociais (incluindo os historiadores). Porque, ao fim e ao cabo, a imagem destacada é depreendida da visão oferecida por Marivaldo, tendo em vista a particularidade da evidência de sua narrativa. Portanto, certamente limitada quanto às pretensões de generalizá-la a outros sujeitos, inclusive outros trabalhadores (muitos com trajetórias similares à sua). Uma vez que a investigação da complexidade e dinâmica social dessa experiência nos provoca a notar como as fontes orais se revelam como versões únicas da realidade (KHOURY, 2001, p. 81), pois, mesmo compartilhadas na condição de classe, os trabalhadores tomam decisões, avaliam caminhos, práticas e expectativas.

Além do que, busquei argumentar que antes que um mero índice figurativo de um dado processo social, a narrativa do trabalhador em questão nos aparece como a oportunidade de percebermos como uma condição vivida por muitos é ponderada em diferenciações, tanto quanto em identificações. Que suas atuações se desenrolam em variados enredos, apesar das pressões e dos limites que precisam considerar. Que nem tudo se define à sua revelia, principalmente o que depende de sua aquiescência, que quase nunca é concedida de maneira gratuita e/ou automática.

Considerações finais sobre a problemática

Desse modo, a visualização dessa historicidade parece continuar demandando o trabalho de historiadores. Algo que me remete a interpelações que se encontram pouco

exploradas em um conjunto variado de documentações. Tenho em mente, a título de provocação, inclusive de uma autoprovocação, certa carta endereçada a um programa de rádio, produzido pela emissora Atlântida, sediada em Marechal Cândido Rondon.

O documento, recolhido por mim (quando de uma visita realizada à secretaria da empresa de comunicação), não registrava o nome de sua autora, nem mesmo a data precisa de sua escrita. Apenas assinalava, a lápis, a frágil grafia de abril de 2012, anotação provavelmente escrevinhada por algum funcionário da empresa, talvez uma recepcionista encarregada por receber correspondências dessa ordem.

O prelúdio desse material, repleto de omissões e ausências, sugere ao pesquisador a presença enigmática de seu/sua autor(a), ao menos no que diz respeito aos sentidos do anúncio de sua recente chegada à cidade; uma vez que os termos de sua formulação, elaborados como solicitação, foram expressivos da condição em que vivia no novo lugar, tanto quanto das justificativas do contato.

Delcio Luiz, chegamos agora em Marechal, e estou precisando de uma cama de casal e um colchão, também uma cesta básica, pois tenho dois filhos pequenos e me corta o coração ouvir eles pedindo o que comer e não tem pra dar.

Estou precisando muito quem puder me ajudar ligar no telefone...

Agradeço e que Deus abençoe quem puder me ajudar¹⁹.

Quando sugiro esse material como enigmático estou considerando que talvez seja relevante questionar porque essa condição está sendo tratada com esse encaminhamento. Ressalvo que minha questão tem menos a ver com a condição e mais com as atuações de quem a vive. Observem que essa documentação permite evidenciar que a condição vivida por seu/sua autor(a) não é sofrida como resultado de apatia e/ou descompromisso com sua própria dificuldade. Pelo contrário, essa fonte expressa ação. Insinua, nos termos de seu registro, uma determinada dinâmica de recusas do que o/a autor(a) deixara para trás (tanto no que diz respeito ao lugar quanto às relações de origem), ao mesmo tempo em que se embrenha nos contornos das relações de poder delineadas no novo espaço.

Uma movimentação que registra a própria latência da desigualdade; onde, em virtude da assimetria dos interlocutores, o/a autor(a) buscou estabelecer uma determinada

¹⁹ Anônima [Carta]. Correspondência requerente dirigida a programa de rádio. Documentação cedida pela Rádio Atlântida, localizada na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR. S/d. Fonte pertencente ao acervo do autor.

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

relação com a rádio e com o locutor do programa em que sugeriu a leitura pública da carta. Sendo que fica clara a intenção de ter na exposição da imagem de sua pobreza (seletivamente destacada no que seria o pesar sentido com a falta do que dar de comer aos dois filhos pequenos) a sensibilização do radialista e de seus ouvintes. Exposição que, portanto, não se pretendia gratuita, já que contava com a recompensa solicitada, a qual poderia auxiliar sua instalação no novo território.

Assim, identificar e articular esses materiais (incluindo aí autos processuais, fichas de assistência social, jornais, entre outras documentações), pode se constituir em um caminho de investigação valoroso, no sentido de explorar o alargamento das atuações de sujeitos como Marivaldo e/ou Davino. Acessando-os, desse modo, em relações e espaços que não são os necessariamente tratados em uma entrevista. Portanto, com os apontamentos deste texto, espero compor o coro dos que veem como imprescindível a visualização das atuações de trabalhadores nas relações de poder vividas na sociedade brasileira. As quais são acessadas pela translucidez das tensões classistas.

Afinal, precisamos avançar em nosso empenho pela identificação e discussão das ponderações erigidas por esses sujeitos ao delinearem aspectos que constituem suas trajetórias e pautam suas condutas. Reconhecendo e valorizando suas aproximações ao compartilharem uma condição comum, porém admitindo que essa condição nem sempre foi (ou é) tratada em condutas uníssonas. O que, a despeito de nossas próprias concepções e/ou consentimentos, não deixa de assinalar o flagrante desejo (tanto quanto a constante e prosaica atividade empreendida a favor desse desejo) de usufruírem uma condição de vida com maiores possibilidades.

Referências Bibliográficas

BALKO, Hugo Ewalt et al. *Entre Rios do Oeste: fazendo história*. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO JUNIOR, Edir de F. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência – Aspectos da cultura popular no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Prefácio. In: SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-16.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, n. 27, p. 9-26, jan./jun. 1994.

_____. Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB*, n. 29, p. 3-16, jan./jun. 1990.

DALMÁS, Sandra R. S. P. et al. Da fronteira agrícola à fronteira agroindustrial: uma análise da concentração das empresas de abate e de processamento da carne de frango no Oeste do Paraná. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, n. 16, p. 48-60, dez. 2007.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FREITAS, Sheille S. de. *Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade*. Paco Editorial: Jundiá, 2016.

FROELICH, Helena Lúcia. *Experiências de migrantes de municípios próximos em Rondonópolis-MT (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2005.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. 3. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. Notas sobre consciência de classe. In: _____. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre História Operária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editora Presença, 1973.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). *Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 123-140.

_____. Narrativas orais na investigação da História Social. *Projeto História* v. 22, p. 79-103, jun. 2001.

SOBRE A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL DE TRABALHADORES: NARRATIVAS ORAIS
E OS SENTIDOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Prefácio. In: LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. xi-xiv.

NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de Montagem*: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. *Toledo*: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

PETERSEN, Silvia R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História & Perspectivas*, n. 6, p. 25-44, jan./jun. 1992.

_____. Repensar a história do trabalho. *Espaço Plural*, n. 34, p. 13-36, jan./jun. 2016.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

_____. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letras e Voz, 2010.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, n. 14, p. 7-24, fev. 1997a.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n. 14, p. 25-39, fev. 1997b.

RODRIGUES, Rejane Meireles A. *Memórias em disputa*: transformando modos de vida no Sertão e na cidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SAATKAMP, Venilda et al. *Desafios, lutas e conquistas*: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara E. Migração, inserção produtiva e urbanização da fronteira agrícola: Um estudo sobre a região Oeste do Paraná (1940 a 2000). *Tempo da Ciência*, v. 15, n. 29, p. 73-95, jan./jun. 2008.

CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS

SEIBERT, Carlos Alberto. *Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2008.

SILVA, Valmiro Ferreira. *Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências*. Sagrada Família São Francisco-MG. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 16 de outubro de 2016

Aceito em: 10 de maio de 2017